



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Gabinete da Secretaria-Geral de Articulação Institucional

Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP 70040-908 - Brasília - DF - www.dpu.def.br

Sede da Defensoria Pública da União

OFÍCIO - Nº 8734735/2026 - GABSGAI DPGU

Brasília, 06 de fevereiro de 2026.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário

Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal

Senado Federal, Ala Alexandre Costa, sala 11A

Praça dos Três Poderes, S/N. CEP: 70165-900

Telefone: (61) 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br

Assunto: Encaminhamento do Guia de Linguagem Inclusiva em Direitos Humanos da Defensoria Pública da União- Tema 4: Linguagem Anticapacitista

Referência: Em resposta a este Ofício, por gentileza, indicar expressamente o Processo nº 08038.009337/2025-23

Excelentíssimo Senhor Secretário,

A Defensoria Pública da União, instituição essencial à função jurisdicional do Estado e responsável pela orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, nos termos do arts. 134 e 5º, LXXIV, da Constituição Federal de 1988, tem a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Guia de Linguagem Inclusiva em Direitos Humanos da Defensoria Pública da União- Tema 4: Linguagem Anticapacitista.

Em atenção às políticas de inclusão e ao compromisso institucional com a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, o material foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência (GTPID), que atua em casos de violação e demandas de alcance coletivo, regional e nacional.

Nesse sentido, a cartilha apresenta um panorama abrangente acerca da situação das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, abordando conceitos relacionados ao capacitismo e oferecendo orientações práticas para o uso de uma linguagem inclusiva e respeitosa. Logo, tem como objetivo cooperar para o combate ao preconceito e à discriminação, ao incentivar a adoção de práticas comunicativas que promovam a equidade e à valorização da diversidade.

Ante o exposto, encaminhamos a versão digital do referido guia, certos de que sua difusão contribuirá para o fortalecimento das ações voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito das instituições públicas e da sociedade brasileira.

Cordialmente,

KARINA ROCHA MITLEG BAYERL

Defensora Pública Federal

Secretária-Geral de Articulação Institucional



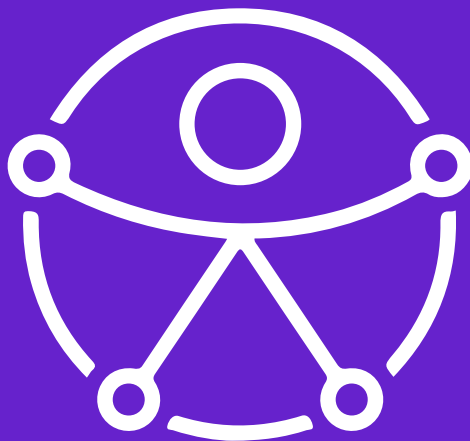
Documento assinado eletronicamente por **Karina Rocha Mitleg Bayerl, Secretária-Geral de Articulação Institucional**, em 06/02/2026, às 16:22, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **8734735** e o código CRC **23DA6AFB**.

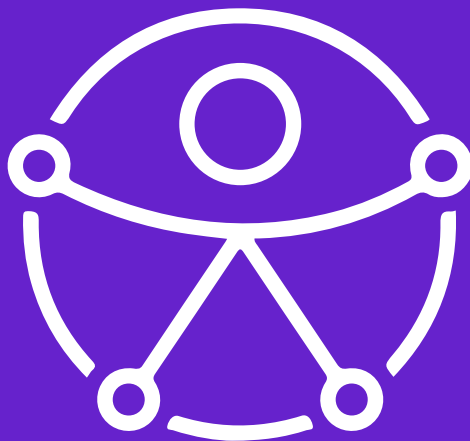
GUIA DE LINGUAGEM INCLUSIVA EM DIREITOS HUMANOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Tema 4: Linguagem anticapacitista



GUIA DE LINGUAGEM INCLUSIVA EM DIREITOS HUMANOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Tema 4: Linguagem anticapacitista



Defensor Público-Geral Federal
Leonardo Cardoso de Magalhães

Subdefensor Público-Geral Federal
Marcos Antônio Paderes Barbosa

Secretária-Geral de Articulação Institucional
Karina Rocha Mitleg Bayerl

**Secretária-Geral de Articulação
Institucional Substituta**
Mariana Pereira de Queiroz

Secretária de Ações Estratégicas e Acesso à Justiça
Mariana Pereira de Queiroz

**Secretária de Ações Estratégicas e
Acesso à Justiça Substituta**
Claudia Marques Benzecry

Defensor Nacional de Direitos Humanos
Frederico Aluísio Carvalho Soares

**Diretora Geral da Escola Nacional da Defensoria
Pública da União**
Rafaella Mikos Passos

GRUPO DE TRABALHO DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Membros

Olinda Vicente Moreira - **Coordenador**
Juliano Martins de Godoy
Maíra de Carvalho Pereira Mesquita
Lidiane da Penha Segal
Raquel Brodsky Rodrigues
Thaíssa Assunção de Faria
Marcus Vinícius Rodrigues Lima

Pontos Focais

Juliano Martins de Godoy
Lidiane da Penha Segal
Edilberto Alves da Silva
Leonardo do Amaral Pedrete
Adriana Ribeiro Barbato
Letícia Fernandes de Magalhães Pinto
Sérgio Fumio Oura
Eliza Adir Coppi Leonetti
Gustavo de Oliveira Quandt

EXPEDIENTE

Pesquisa e texto:

Aline Baima Rebouças (Mtb 1702)

Edição e revisão técnica

Edilberto Alves da Silva e Raquel Brodsky Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação: (CIP)
Bibliotecária responsável: Dandara Baçã de Jesus Lima – CRB 1/2553

B823g

Brasil. Defensoria Pública da União. Secretaria-Geral de Articulação Institucional. Grupo de Trabalho de Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência.

Guia de linguagem inclusiva em direitos humanos da Defensoria Pública da União: tema 4: linguagem anticapacitista. [recurso eletrônico] / Defensoria Pública da União – Brasília: DPU, 2025.

26 p., il.

e-ISBN: 978-85-67132-67-9

1. Linguagem inclusiva. 2. Capacitismo. 3. Direitos da pessoa com deficiência. 4. Acessibilidade (direitos humanos). I. Título.

CDU: 81'272

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO	7
3. COMPREENDENDO OS CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA	9
4. CAPACITISMO	13
5. LINGUAGEM ANTICAPACITISTA - INTRODUÇÃO	15
6. GUIA PRÁTICO DE LINGUAGEM ANTICAPACITISTA	17





1. INTRODUÇÃO

A linguagem não é neutra. Ela não só reproduz e legitima estereótipos e estigmas socialmente construídos, como também os produz, sendo um elemento de grande centralidade para a efetivação ou para a violação dos Direitos Humanos, dependendo do uso que se faz dela.

A linguagem constitui elemento fundamental na construção de representações sociais e na efetivação dos Direitos Humanos. Seu uso inadequado pode perpetuar estereótipos e violar direitos, enquanto seu emprego consciente promove inclusão e respeito à diversidade humana.

A Defensoria Pública da União, em sua missão de defender os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, reconhece a importância de alinhar sua comunicação institucional aos valores que defende.

Este guia orienta servidoras e servidores, defensoras e defensores, terceirizadas e terceirizados e estagiárias e estagiários sobre o uso adequado da linguagem no que se refere às pessoas com deficiência.

O objetivo é oferecer orientações práticas para evitar o capacitismo e promover uma comunicação que reconheça a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência. Embora direcionado ao público interno da DPU, este material pode ser útil para qualquer pessoa ou instituição interessada no tema.

Este guia integra uma série de publicações sobre linguagem inclusiva em Direitos Humanos, que já abordou temas como HIV/AIDS, hanseníase e saúde mental. A presente edição foca na linguagem anticapacitista, reconhecendo que a deficiência é uma expressão da diversidade humana.



2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO MUNDO

DADOS GLOBAIS

Segundo o Relatório Mundial sobre Deficiência da Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência significativa - cerca de 16% da população global.

O relatório de 2022 da OMS e UNICEF sobre tecnologias assistivas revela que mais de 2,5 bilhões de pessoas precisam de produtos assistivos como cadeiras de rodas, aparelhos auditivos ou aplicativos de comunicação. Entretanto, quase um bilhão não tem acesso a essas tecnologias, especialmente em países de baixa e média renda.

A projeção indica que o número de pessoas que necessitam de produtos assistivos aumentará para 3,5 bilhões até 2050, devido ao envelhecimento populacional e ao aumento de doenças crônicas não transmissíveis.

CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022 estimou a população com deficiência em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, correspondendo a 8,9% da população nessa faixa etária. Das pessoas com deficiência, 10,7 milhões são mulheres, representando 10% da população feminina com deficiência no país.

DESIGUALDADE E DEFICIÊNCIA

Os dados evidenciam desigualdades significativas no acesso a direitos básicos:

- **Educação:** A taxa de analfabetismo para pessoas com deficiência é de 19,5%, contra 4,1% para pessoas sem deficiência.
- **Escolaridade:** 63,3% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não completaram a educação básica.
- **Ensino superior:** Apenas 7,0% das pessoas com deficiência têm nível superior, comparado a 20,9% das pessoas sem deficiência.

Esses números revelam a persistência de processos de exclusão e barreiras que restringem o acesso a direitos fundamentais para as pessoas com deficiência. A pobreza e a desigualdade social agravam essa situação, criando uma relação bidirecional: a pobreza pode gerar deficiências e as deficiências impactam a situação econômica das famílias.

A criação de marcos regulatórios para garantia dos direitos desse segmento da população é um dos elementos importantes nesse processo de garantia de direitos. Ao final desta publicação, você terá acesso a um [qr code](#) com as principais legislações em vigor em relação ao tema.

A criação de marcos regulatórios para garantia dos direitos desse segmento da população é um dos elementos importantes nesse processo de garantia de direitos. Ao final desta publicação, você terá acesso a um [qr code](#) com as principais legislações em vigor em relação ao tema.

3. COMPREENDENDO OS CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA

Corponormatividade¹ é um conceito utilizado para explicar a ideia de que existe um “corpo ideal”, ou seja, um tipo de corpo que a sociedade considera “normal”, saudável, capaz e valorizado. Esse padrão de corpo é socialmente construído e privilegia corpos sem deficiências, funcionando como referência de normalidade e excelência física, intelectual e comportamental.

Essa concepção de que há um corpo ideal, um modelo ideal de ser humano que serve de referência para toda a humanidade, favorece um grupo específico - qual seja, o homem, branco, heterossexual, sem deficiência, do Norte global etc - em detrimento da diversidade humana.

Uma vez que esse padrão de corpo se torna a regra, todos os corpos que são diferentes, como os corpos com deficiência, os corpos gordos, negros, entre outros, acabam sendo vistos como errados, inferiores, incompletos, necessitando de correção ou cura. É atribuído maior valor social àqueles que se encaixam no padrão considerado ideal, enquanto aqueles que fogem esse modelo são excluídos, discriminados, marginalizados.

Esse padrão é usado para justificar processos de exclusão, inferiorização e até extermínio de pessoas que não se enquadram nesse perfil,

como as mulheres, população negra, LGBTQIA+, latinos e latinas, migrantes, pessoas com deficiência, entre outras. Podemos citar como exemplos dessa trágica realidade o extermínio de pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e ciganos pela Alemanha nazista durante a segunda Guerra Mundial, o extermínio da população negra e indígena no Brasil, entre tantos outros.

Assim, é a corponormatividade que serve de base para o capacitismo, isto é, para o preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência. A partir da diferenciação entre o corpo dito “padrão”, “sem deficiência”, que é uma construção social, em oposição ao corpo dito “fora do padrão”, “com deficiência” vão se construindo estereótipos e estigmas.

Entre estes, a ideia de que pessoas com deficiência seriam menos capazes e menos aptas a gerir a própria vida, associando-as a uma visão de que são limitadas, incompletas, vítimas e objetos de intervenção do Estado, da medicina e da caridade. Esse preconceito está refletido nos discursos que são construídos e contribuem para manutenção dessas representações sociais sobre a deficiência e sobre as pessoas com deficiência.

¹ VER CONCEITO DE NORMATIVIDADE EM SILVA, K. A. R. Corponormatividade, gênero e sexualidade: processos de inclusão/exclusão na educação física escolar. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MODELOS SOBRE A DEFICIÊNCIA

Modelo Médico

Tradicionalmente, a deficiência era compreendida como consequência natural de uma lesão corporal, vista como incapacidade física que gerava desvantagens sociais.

Para este modelo, a deficiência centrava-se no indivíduo, que necessitava intervenções médicas para “corrigir” ou “curar” a deficiência.

A principal referência deste modelo foi a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) da OMS, de 1976. Esta perspectiva desconsiderava fatores sociais, econômicos e políticos, contribuindo para processos de institucionalização e exclusão.

Modelo Social da Deficiência

Desenvolvido a partir dos anos 1970, no Reino Unido e nos Estados Unidos, este modelo revolucionou a compreensão sobre deficiência. De acordo com (DINIZ, 2003), seus principais argumentos são:

1. **Diferenciação entre lesão e deficiência:** A existência de uma lesão não explica, por si só, a exclusão social das pessoas com deficiência. As barreiras sociais, não as limitações físicas, são responsáveis pelas desvantagens vivenciadas.
2. **Questão coletiva:** A deficiência deixa de ser problema individual para tornar-se questão social, demandando políticas públicas e mudanças estruturais na sociedade.

Crítica Feminista

O movimento feminista apontou lacunas no modelo social, introduzindo questões como (Diniz, 2003):

- **Interdependência:** Nem todas as pessoas com deficiência alcançarão autonomia completa, independente dos ajustes sociais. As feministas introduziram o princípio da igualdade pela interdependência, uma vez que todos somos dependentes em algum momento da vida.
- **Interseccionalidade:** Sistemas de opressão—como racismo, sexismo, classismo, capacitismo, lgbtqiafobia e outros—não atuam de forma isolada, mas se combinam e se sobrepõem, produzindo desigualdades múltiplas e interdependentes (Crenshaw, 1989). Assim, as mulheres com deficiência, por exemplo, enfrentam não só o capacitismo, como a opressão pelo machismo. As mulheres negras com deficiência enfrentam também o racismo.
- **Cuidado:** Reconhecimento das vulnerabilidades das relações de dependência e seu impacto sobre nossas obrigações morais e, por fim, nas repercussões dessas obrigações morais em nosso sistema político e social (DINIZ, 2003, p. 6). Isso representa um deslocamento do trabalho do cuidado sendo exclusivo das mulheres para sendo uma questão social, de responsabilidade coletiva, necessitando, para isso, de políticas públicas.

Modelo Biopsicossocial

tualmente adotado pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS/2001), este modelo considera a interação entre:

- Condições de saúde
- Funções e estruturas do corpo
- Atividades e participação social
- Fatores pessoais e ambientais

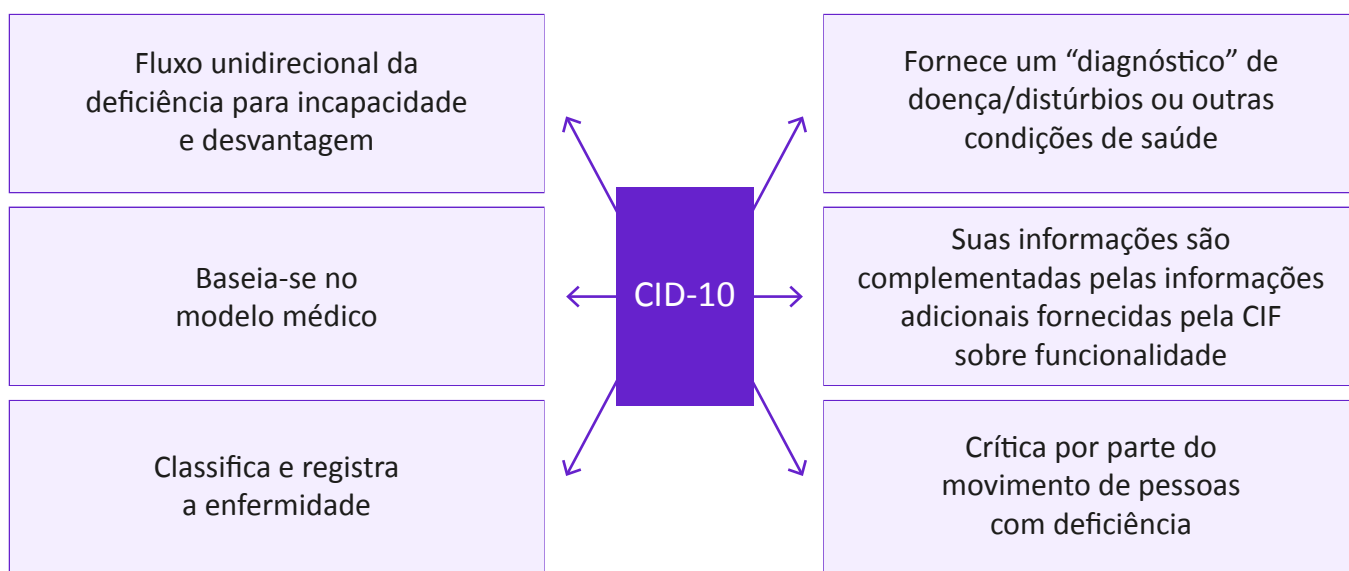
Este modelo reconhece a dimensão relacional da deficiência, na qual a interação entre a pessoa e as barreiras existentes pode gerar situações de dependência ou independência.

No infográfico abaixo, podemos ver as diferenças entre os dois modelos.

O infográfico “Modelos biomédico e biopsicossocial da deficiência” apresenta uma síntese comparativa destes dois modelos.

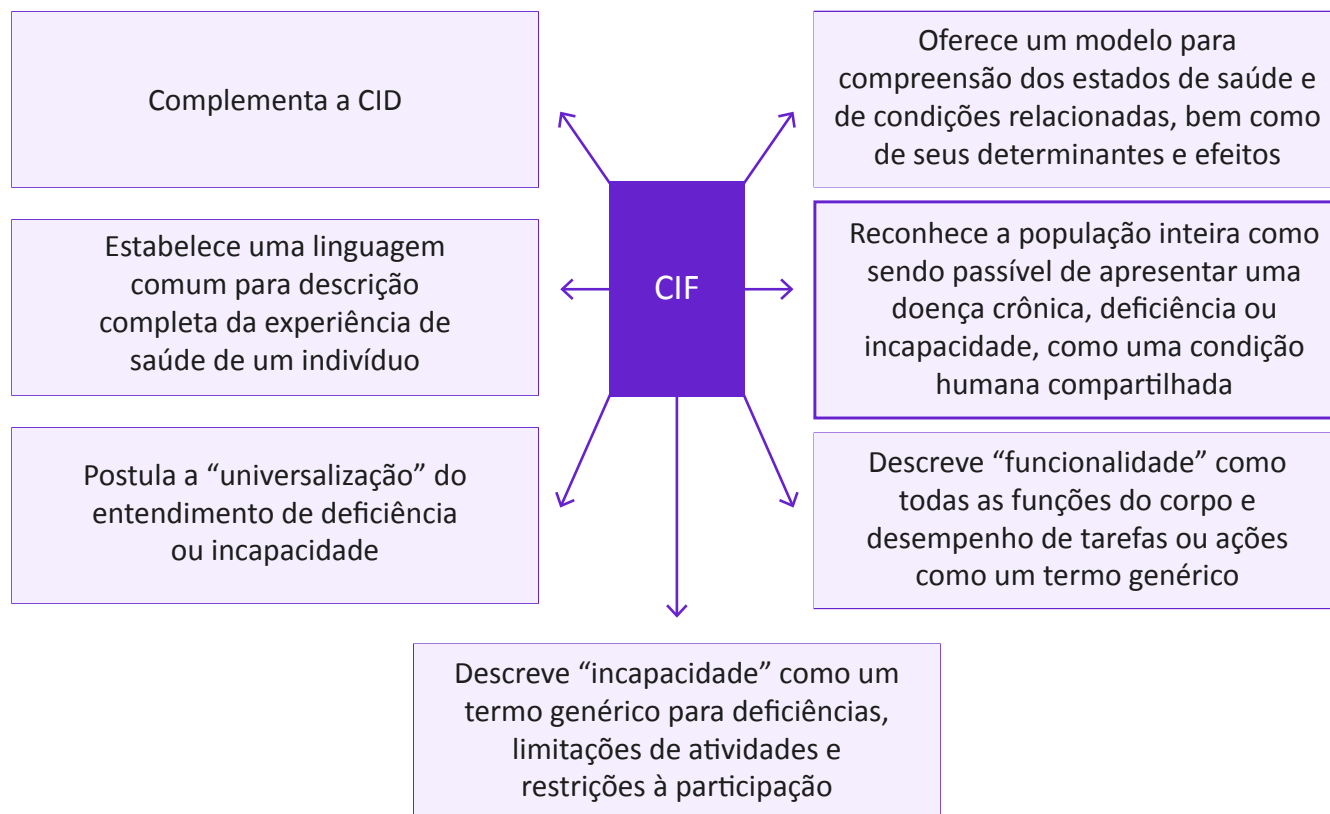
CLASSIFICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

A CID-10 é a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, na sua décima revisão, reunindo classificações para os mais diversos usos em administração de serviços de saúde e epidemiologia



Fonte: O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade

A CIF apresenta informações de funcionalidade, sendo criada para cobrir questões não alcançadas pela CID, como as consequências das doenças e um entendimento mais amplo da saúde



Fonte: Silva (2019) apud Apresentação de Izabel Maior no 2º Encontro do Comitê Fiocruz pela Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência, realizado em 20/9/2018; Manual da Mídia Legal 3, da Escola de Gente – Comunicação.

Como pudemos observar, o modelo com base no CIF assimila avanços nas discussões realizadas nas últimas décadas, incorporando não só as questões envolvendo saúde, mas as questões sociais, a acessibilidade, as políticas públicas, o ambiente.

Definição atual

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Esta definição enfatiza que a deficiência resulta da interação entre características pessoais e barreiras sociais, não sendo uma condição inerentemente limitante.

Esse modelo traz a dimensão relacional da deficiência, considerando a interação entre fatores como condições de saúde, atividades, participação social, fatores pessoais e ambientais e as funções do corpo (MOTA, 2021).

4. CAPACITISMO

CONCEITO

O capacitismo é uma forma de preconceito e discriminação que hierarquiza pessoas com base em padrões corporais e cognitivos considerados “normais” pela sociedade. Manifesta-se por meio de tratamentos diferenciados, barreiras físicas e atitudinais que impedem o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

Segundo Dias (2013), os elementos estruturantes do capacitismo decorrem do histórico de eugenia (doutrina racista que pregava a “melhoria da raça humana” através da seleção de características consideradas desejáveis e da eliminação ou prevenção da reprodução de indivíduos considerados indesejáveis), das implicações da normatização social e da lógica neoliberal da eficiência como valor humano. Esta discriminação baseia-se numa compreensão autoritária sobre padrões corporais, que considera corpos “desviantes” como naturalmente insuficientes.

MANIFESTAÇÕES DO CAPACITISMO

O capacitismo opera através de dois mecanismos principais, segundo (Vendramin, 2023):

Hipervisibilidade: Reduz a pessoa com deficiência apenas à sua condição, apagando outros aspectos de sua identidade. A deficiência torna-se o único elemento definidor da pessoa.

Invisibilidade: Opera como desvio do olhar, negligenciamento ou desconforto diante da presença da pessoa com deficiência.

ESTEREÓTIPOS COMUNS

Estereótipo da superação: Exalta pessoas com deficiência por realizarem atividades cotidianas, partindo do pressuposto de que não se espera que elas tenham capacidades normais.

Exemplos problemáticos: “Mesmo com tudo isso, ela ainda é feliz”; “Que inspiração, conseguiu se formar!”

Estereótipo da piedade: Trata pessoas com deficiência como objetos de caridade, vítimas sem autonomia, incapazes de gerir a própria vida.

Manifestações: Infantilização, falar com acompanhantes como se a pessoa não estivesse presente, oferecer ajuda sem perguntar se é necessária.

CAPACITISMO INSTITUCIONAL

Ocorre quando instituições não promovem acessibilidade e inclusão, manifestando-se por meio de:

- Falta de interesse em estudar condições desiguais
- Ausência de acessibilidade informacional
- Exclusão de pessoas com deficiência de ações universais
- Reprodução de mitos e estigmas
- Não reconhecimento das necessidades específicas



5. LINGUAGEM ANTICAPACITISTA - INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

A linguagem anticapacitista baseia-se no reconhecimento de que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas com direitos, desejos, potencialidades e limitações como quaisquer outras. O objetivo não é apenas substituir termos, mas transformar concepções estereotipadas e preconceituosas.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Priorize a pessoa: Use “pessoa com deficiência”, não “deficiente” ou “portadora de deficiência”

1. **Evite linguagem médica:** Deficiência não é doença
2. **Não romantize nem vitimize:** Evite tanto o estereótipo da superação quanto o da piedade
3. **Seja específico quando necessário:** Se relevante, especifique o tipo de deficiência
4. **Respeite a autodenominação:** Algumas pessoas preferem termos específicos para se referir a si mesmas.

Como exemplo da preferência pela linguagem de identidade, temos a comunidade autista, que comumente prefere a palavra “autista” às expressões “com autismo” ou “com TEA”. Quem faz essa escolha não vê o termo como condição patológica ou característica negativa, e sim como parte fundamental de sua identidade.

Aplicação: Mantenha o padrão institucional em documentos oficiais, mas acolha a forma de tratamento escolhida pela pessoa em atendimentos e comunicações diretas.

TERMINOLOGIAS E EXPRESSÕES

Conceitos essenciais

ACESSIBILIDADE: Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, equipamentos, transportes, informação e comunicação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

BARREIRAS: Entraves que limitam ou impedem a participação social, classificadas em:

- Urbanísticas (vias e espaços públicos)
- Arquitetônicas (edifícios)
- Nos transportes (sistemas e meios)
- Comunicacionais (expressão e recebimento de informações)
- Atitudinais (comportamentos discriminatórios)
- Tecnológicas (acesso a tecnologias)

DESENHO UNIVERSAL: Concepção de produtos, ambientes e serviços para uso por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação específica.

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: Produtos, equipamentos e serviços que promovem funcionalidade, autonomia e qualidade de vida de pessoas com deficiência.

Tipos de deficiência

- **Deficiência Auditiva:** Perda auditiva de 41 decibéis ou mais (Lei 14.768/2023), podendo ser unilateral ou bilateral.
- **Deficiência Intelectual:** Limitações no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo, com origem antes dos 22 anos.
- **Deficiência Física:** Alteração de segmentos corporais que compromete função física (paraplegia, amputação, paralisia cerebral, nanismo, etc.).
- **Deficiência Visual:** Alteração de funções visuais que afeta percepção de cor, tamanho, distância, forma ou movimento.
- **Deficiência Múltipla:** Associação de duas ou mais deficiências.
- **Transtorno do Espectro Autista (TEA):** Deficiência na comunicação e interação social, com padrões restritivos de comportamento.

6. GUIA PRÁTICO DE LINGUAGEM ANTICAPACITISTA

DIRETRIZES ESTRUTURAIS

1. PESSOA EM PRIMEIRO LUGAR

Regra fundamental: Sempre mencione a pessoa antes da deficiência. Na dúvida, pergunte como a pessoa prefere ser chamada.

EVITAR	USAR	EXPLICAÇÃO
Deficiente	Pessoa com deficiência	Prioriza a humanidade sobre a condição
Autista ²	Pessoa com autismo/TEA	A pessoa não é definida pela condição
Cadeirante	Pessoa que usa cadeira de rodas	A cadeira é instrumento, não definição
Cego	Pessoa cega/com deficiência visual	Enfatiza a pessoa, não a limitação
Surdo	Pessoa surda	Respeita a identidade pessoal

2. EVITAR LINGUAGEM MÉDICA DESNECESSÁRIA

Regra: Não trate deficiência como doença, síndrome ou condição médica fora do contexto clínico.

EVITAR	USAR	CONTEXTO
Sofre de paralisia	Tem paralisia/usa cadeira de rodas	Evita dramatização
É vítima de deficiência	Tem deficiência	Remove vitimização
Padece de cegueira	É pessoa cega	Elimina conotação médica
Aflito por autismo	Pessoa com autismo	Retira aspecto patológico

² Muitas pessoas com transtorno do espectro autista não veem problema algum ou até mesmo preferem a denominação “autista”, conforme já explicado brevemente acima. Em documentos jurídicos, quando não houver preferência expressa da parte, use 'pessoa com autismo/TEA'. Se a pessoa manifestar preferência, respeite sua autodenominação. Vale sempre lembrar: o contexto é de extrema importância para o uso da linguagem.

3. ELIMINAR TERMOS DE POSSE

Regra: Deficiência não se "porta", "carrega" ou "possui" como objeto.

EVITAR	USAR	MOTIVO
Portador de deficiência	Pessoa com deficiência	Deficiência não é carga
Portadora de síndrome de Down	Pessoa com síndrome de Down	Condição não se transporta
Carrega uma deficiência	Tem uma deficiência	Elimina peso negativo

4. REJEITAR EUFEMISMOS E DIMINUTIVOS

Regra: Use terminologia direta e respeitosa, sem amenizar ou infantilizar.

EVITAR	USAR	PROBLEMA
Pessoa especial	Pessoa com deficiência	Eufemismo condescendente
Portadora de necessidades especiais	Pessoa com deficiência	Impreciso e evasivo
Pessoinha	Pessoa	Infantilização
Anjo/anjinho	Pessoa	Despersonalização
Excepcional	Pessoa com deficiência intelectual	Romantização

GLOSSÁRIO EXPANDIDO

A

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Aleijado	Pessoa com deficiência física	Termo pejorativo e ofensivo
Anormal	Pessoa com deficiência	"Normal" é conceito relativo
Autista	Pessoa com autismo/TEA	Nunca use de forma pejorativa ou recreativa para aludir a alguém que "vive em seu próprio mundo" e outras reduções preconceituosas e estigmatizantes.

B

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Bipolar (uso pejorativo)	[Evitar uso pejorativo para se referir a extremos ou instabilidade]	Reserve para contexto clínico real – pessoa com transtorno afetivo bipolar
Burro/retardado	[Evitar completamente]	Não associe questões relacionadas a deficiência em geral ou deficiência intelectual a estereótipos ou ofensas

C

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Cadeirante	Pessoa que usa cadeira de rodas	Cadeira é equipamento, não identidade
Cego (substantivo)	Pessoa cega	Quando relevante mencionar
Coxo/Manco	Pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida	Termo arcaico e ofensivo
Criança especial	Criança com deficiência	Seja específico quando necessário

D

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Defeituoso	Evitar completamente	Pessoa não é produto com defeito
Demente	Pessoa com demência	Use apenas em contexto clínico
Doente mental	Pessoa com transtorno mental	Nem toda condição é doença

E

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Epilético	Pessoa com epilepsia	A pessoa não é a condição
Esquizofrênico	Pessoa com esquizofrenia	Evite rótulos definitivos
Estúpido/idiota	[Evitar completamente]	Nunca use como comparação

F-L

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Inválido	Evitar completamente	Ninguém é "inválido"
Louco	Pessoa com transtorno mental	Termo estigmatizante
Lesado	Pessoa com deficiência	Termo pejorativo e antiquado para se referir a lesão. Focalize a pessoa, não a lesão

M-P

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Maluco	Pessoa com transtorno mental	Evite termos pejorativos
Mongoloide	[Evitar completamente]	Termo antiquado e ofensivo
Mudo	Pessoa não verbal/ com deficiência da fala	Especifique quando necessário
Paralítico	Pessoa com paralisia	Pessoa não é definida pela condição

R-Z

TERMO INADEQUADO	TERMO ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Retardado	[Evitar completamente]	Extremamente ofensivo
Surdo-mudo	Pessoa surda	Surdez não implica mudez
Vegetativo	Estado vegetativo persistente	Use apenas termo médico preciso

EXPRESSÕES CAPACITISTAS COMUNS

Expressões relacionadas à **visão**

EXPRESSÃO CAPACITISTA	ALTERNATIVA	CONTEXTO DE USO
"Pior cego é o que não quer ver"	"Pior situação é não querer entender"	Críticas ou discussões
"Está cego?"	"Não viu?" / "Não percebeu?"	Situações cotidianas
"Fazer vista grossa"	"Ignorar propositalmente"	Contexto profissional
"Cego de raiva"	"Muito irritado"	Estados emocionais
"Amor cego"	"Amor incondicional"	Relacionamentos

Expressões relacionadas à **audição**

EXPRESSÃO CAPACITISTA	ALTERNATIVA	CONTEXTO DE USO
"Está surdo?"	"Não ouviu?"	Conversas cotidianas
"Surdo como uma porta"	"Não conseguiu ouvir"	Descrições
"Fazer ouvido de mercador"	"Ignorar deliberadamente"	Situações profissionais

Expressões relacionadas à **mobilidade**

EXPRESSÃO CAPACITISTA	ALTERNATIVA	CONTEXTO DE USO
"Deu uma de João sem braço"	"Fez mal feito"	Críticas ao trabalho
"Trabalho capenga"	"Trabalho mal executado"	Avaliações
"Empresa mal das pernas"	"Empresa com dificuldades"	Contexto econômico
"Que mancada!"	"Cometi um erro"	Admissão de falhas

Expressões relacionadas à **cognição**

EXPRESSÃO CAPACITISTA	ALTERNATIVA	CONTEXTO DE USO
"Não seja burro"	"Pense melhor"	Orientações
"Que ideia maluca"	"Que ideia inusitada"	Reações a propostas
"Está louco?"	"Tem certeza?"	Questionamentos
"Coisa de doido"	"Coisa incomum"	Expressões de surpresa

SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DE COMUNICAÇÃO

Em documentos jurídicos

Recomendações:

- Use "pessoa com deficiência" consistentemente
- Especifique o tipo de deficiência apenas quando juridicamente relevante
- Evite linguagem médica desnecessária
- Mantenha foco nos direitos, não nas limitações

Exemplo adequado: "A requerente, pessoa com deficiência visual, necessita de tecnologia assistiva para pleno exercício de suas atividades laborais."

Em relatórios e pareceres

Estrutura recomendada:

- Identifique a pessoa
- Mencione a deficiência, se relevante
- Foque nas necessidades ou direitos
- Evite julgamentos sobre capacidades

Em atendimento ao público

Diretrizes:

- Cumprimente diretamente a pessoa com deficiência
- Não fale apenas com acompanhantes
- Pergunte antes de oferecer ajuda
- Mantenha tom de voz normal
- Respeite equipamentos assistivos

Em comunicação institucional

Princípios:

- Use imagens que representem diversidade
- Inclua pessoas com deficiência em materiais promocionais
- Garanta acessibilidade dos conteúdos
- Evite narrativas de superação ou piedade

CHECKLIST PARA REVISÃO DE TEXTOS

Antes de publicar, verifique:

☐ Linguagem pessoa-primeiro

- ☐ Usei "pessoa com deficiência" em vez de "deficiente"?
- ☐ Priorizei a humanidade sobre a condição?

☐ Ausência de capacitismo

- ☐ Eliminei expressões que associam deficiência a algo negativo?
- ☐ Evitei estereótipos de superação ou piedade?

☐ Terminologia adequada

- ☐ Usei termos atuais e respeitosos?
- ☐ Evitei eufemismos desnecessários?

☐ Precisão e relevância

- ☐ A menção à deficiência é necessária no contexto?
- ☐ As informações estão corretas e atualizadas?

☐ Citação direta com termo ou expressão problemática

- ☐ Posso parafrasear o texto de origem, para apresentar a informação com palavras adequadas?
- ☐ Se a citação direta é essencial, usei [sic], [recte]³ outra anotação equivalente junto à terminologia inadequada? Ou expliquei o contexto para o uso hoje considerado inadequado?

☐ Acessibilidade

- ☐ O texto é claro e compreensível?
- ☐ Considerei diferentes necessidades de comunicação?

³ A palavra sic (ou sic erat scriptum) significa "assim", "desta maneira" ou "assim foi escrito". O termo é usado após uma citação para indicar que o erro gramatical, ortográfico ou de sentido presente no trecho é original e está sendo reproduzido fielmente, sem ter sido alterado pelo autor da citação.

Uma alternativa mais formal e diplomática ao uso de "[sic]" é a palavra latina "[recte]", que significa "corretamente". Como usar: coloque "[recte]" entre colchetes após a palavra ou frase errada, seguida da correção. Exemplo: "O benefício assistencial é imprescindível para a criança deficiente [recte: criança com deficiência]."

DÚVIDAS FREQUENTES

Quando mencionar a deficiência?

Apenas quando for relevante para o contexto (direitos, necessidades específicas, políticas públicas).

Como me referir a grupos?

"Pessoas com deficiência" (não "os deficientes" ou "portadores").

Posso usar "PcD"?

Prefira a expressão completa em textos formais. Use siglas apenas quando necessário por espaço.

E se a pessoa se identifica diferentemente?

Respeite a autodenominação, mas mantenha padrão institucional em documentos oficiais.

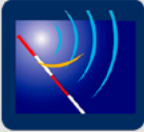
Como tratar deficiências específicas?

Seja específico apenas quando necessário: "pessoa com deficiência visual" em vez de apenas "pessoa com deficiência".

Este guia deve ser consultado sempre que houver dúvidas sobre a adequação da linguagem, servindo como ferramenta prática para comunicação respeitosa e inclusiva.

CONHEÇA ALGUNS SÍMBOLOS DE ACESSIBILIDADE

SÍMBOLOS	SIGNIFICADO
	Bengala Branca Identifica Pessoas Cegas: A bengala é um recurso de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual. Como as pessoas podem ter variados graus de visão residual, a bengala costuma ser utilizada em três cores diferentes, sendo a bengala branca para cegos.
	Bengala Verde Sinaliza Pessoas com Baixa Visão: A bengala é um recurso de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual. Como as pessoas podem ter variados graus de visão residual, a bengala costuma ser utilizada em três cores diferentes, sendo a bengala verde para baixa visão.
	Bengala Branca e Vermelha Indica Pessoas Surdocegas: A bengala é um recurso de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual. Como as pessoas podem ter variados graus de visão residual, a bengala costuma ser utilizada em três cores diferentes, sendo a bengala branca e vermelha para surdocegas.
	Símbolo do Cão-Guia: Este símbolo mostra que determinado local está apto a receber o cão-guia como acompanhante.

SÍMBOLOS	SIGNIFICADO
	Símbolo de Baixa Visão: O símbolo indica a presença de recursos para pessoas com baixa visão, que apresentam, geralmente, 30% ou menos de visão no melhor olho, após todos os procedimentos clínicos, cirúrgicos e correção com óculos comuns.
	Símbolo do Braille: O braille é a leitura e escrita tátil voltada para cegos e pessoas com deficiência visual. Muitos locais fornecem esse sistema através de panfletos, quadros, botões e outras sinalizações para atender às necessidades desse público. O alfabeto é feito de caracteres indicados por pontos em alto relevo.
	Símbolo da Surdocegueira: A Surdocegueira é uma deficiência que compromete, em diferentes graus, os sentidos da visão e audição. A privação dos dois canais responsáveis pela recepção de informações a distância afeta o desenvolvimento da comunicação e linguagem, a mobilidade, a autonomia, o aprendizado.
	Símbolo Internacional de Acesso: A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. Representa, por exemplo, se há rampas, elevadores ou outros recursos nos locais.
	Símbolo da Pessoa com Mobilidade Reduzida: Presente em ambientes adaptados para pessoas que possuem movimentos limitados por conta da idade, deficiência física (sensorial ou de locomoção), mental, ou esteja com movimentos comprometidos por situações momentâneas, por exemplo, devido a um acidente.
	Símbolo da Pessoa com Nanismo: O nanismo foi incluído na lista de deficiências físicas em 2004. Este símbolo ainda é pouco popular e indica que o ambiente possui a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, edificações, transportes, entre outros.
	Símbolo do Transtorno do Espectro Autista: Transtorno do espectro autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva. Este símbolo é usado mundialmente, principalmente, para sinalizar o atendimento prioritário aos autistas.
	Símbolo Deficiência Intelectual: Limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que aparecem nas habilidades conceituais, sociais e práticas, antes dos 18 anos. A pessoa com deficiência intelectual não é necessariamente considerada incapaz de exercer sua cidadania.
	Símbolo Nacional da Pessoa Ostomizada: Este símbolo retrata a figura de uma pessoa com um curativo na região do abdômen. A ostomia é uma cirurgia de reconstrução intestinal que requer da pessoa que foi a ela submetida, procedimentos especiais de higiene. A NBR 9050 estipula que espaços públicos devem possuir sanitários específicos para situações como essa.

	Símbolo da Audiodescrição: Este serviço torna a televisão, o vídeo e projeção de filmes de cinema mais acessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão.
	Opened Caption (Legendas Visíveis): As legendas visíveis são aquelas que já vêm no vídeo, geralmente em filmes e documentários. Não podem ser desativadas.
	Closed Caption (Legendas Ocultas): O Closed Caption é usado principalmente em programas de TV ou vídeos que disponibilizem o uso dessas legendas ocultas. Podem ser desativadas facilmente através do controle remoto ou acessando as configurações do aparelho e sites.
	Símbolo Telebobina (Aro Magnético): Quando o ambiente possui o sistema de aro magnético instalado, é visto esse símbolo. O T-Coil, ou chave T, tem como objetivo melhorar a audição em ambientes barulhentos e de difícil escuta.
	Símbolo de Sistemas de Audição Assistida: Indica que no local há alguma forma de tecnologia que fornece acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, seja na forma de sistema FM, telebobina ou alguma outra opção que transmita o som diretamente para o aparelho do usuário.
	Símbolo Internacional da Deficiência Auditiva: Visto em locais que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso para surdos. Também pode ser usado para identificar uma pessoa com deficiência auditiva.
	Símbolo de Intérprete de Libras: Para profissionais que trabalham e atuam na comunicação em Libras.
	Símbolo Telefone com Amplificador Sonoro: Indica que aparelho de telefone possui um controle de volume amplificado que pode ser usado por pessoas que possuem perda auditiva leve ou moderada.
	Símbolo Telefone para Surdos: Indica que o local possui um telefone para surdos ou que o serviço (um banco, por exemplo) possui um número de telefone que pode ser contactado utilizando um telefone para surdos.
	Cordão de Girassol: Identifica pessoas com deficiências que não são facilmente perceptíveis no cotidiano. É o caso de deficiências auditivas, visuais, intelectuais, paralisia cerebral ou de pessoas que estão dentro do espectro autista, entre outras possibilidades.

Fonte: https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/guest/cartilha_acessibilidade?p_l_back_url=%2Fsearch%3Fq%3Dexecu%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bde%2Balimentos%2Be%2Binscri%26-modifie%3Dpast-year%26delta%3D4%26start%3D865



**CONFIRA OS PRINCIPAIS NORMATIVOS
ACERCA DA DEFICIÊNCIA NO BRASIL**

